PUBLICIDADE LEGAL

GRUPO energisa

Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50 - NIRE 54.300.000.566

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que a Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis e conforme deliberação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 26 de abril de 2016, promoverá aumento de seu capital social mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), no montante de R$ 21.083.160,00 (vinte e um milhões, oitenta e três mil, cento e sessenta reais), mediante a emissão de 15.852 novas ações ordinárias ("Aumento de Capital"). Os acionistas detentores de ações da Companhia terão direito de preferência para subscrição das novas ações a serem emitidas, de acordo com os respectivos percentuais de participação no capital social da Companhia, nos termos do disposto artigo 171, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações ("Lei das S.A."). Fica aberto, a partir de 27 de abril de 2016, o prazo para o exercício do direito de preferência para subscrição de novas ações pelos acionistas detentores de ações em 26 de abril de 2016. O Aumento de Capital possui as seguintes características: **1. Valor do Aumento de Capital:** 1.1. O valor do Aumento de Capital será de R$ 21.083.160,00 (vinte e um milhões, oitenta e três mil, cento e sessenta reais). **2. Quantidade e Espécie de Ações a Serem Emitidas e Direitos das ações:** 2.1. Serão emitidas 15.852 (quinze mil, oitocentas e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. 2.2. A quantidade de novas ações que serão emitidas já considera o grupamento de ações em que se divide o capital social realizado da Companhia, na proporção de 100.000 (cem mil) ações por 1 (uma) ação nova da mesma espécie, classe e forma, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2016. 2.3. Face ao grupamento aprovado e ao Aumento de Capital, o capital social passará de R$ 595.649.567,62 (quinhentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos), dividido em 631.163 (seiscentas e trinta e uma mil, cento e sessenta e três) Ações Ordinárias, todas sem valor nominal para R$ 616.732.727,62 (seiscentos e dezesseis milhões, setecentos e trinta e dois mil, setecentos e vinte sete reais e sessenta e dois centavos), dividido em 647.015 (seiscentas e quarenta e sete mil e quinze) Ações Ordinárias, todas sem valor nominal. **3. Direito de Preferência:** 3.1. Será assegurado aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia o direito de preferência para subscrição das ações, na proporção de 2,51%, sobre as suas respectivas posições acionárias em 26 de abril de 2016, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A.. 3.2. As frações de ações resultantes do exercício do direito de preferência na subscrição do Aumento de Capital serão arredondadas para cima, para o número inteiro mais próximo, se a fração resultante for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) de ação; ou para baixo, para o número inteiro mais próximo, se a fração resultante for inferior a 0,5 (cinco décimos) de ação. **4. Negociação ex-Subscrição:** 4.1. As ações adquiridas a partir de 27 de abril de 2016, inclusive, não farão jus ao direito de subscrição. **5. Procedimento para Subscrição de Ações e Negociação de Direitos de Subscrição:** 5.1. Os detentores de ações da Companhia deverão preencher os respectivos boletins de subscrição que poderão ser solicitados na sede da Companhia, dentro do prazo que se inicia em 27 de abril de 2016 e termina em 27 de maio de 2016, inclusive. 5.2. Os acionistas deverão preencher em seu boletim de subscrição se têm interesse em subscrever as sobras de Ações não subscritas. **6. Preço de Emissão:** 6.1. O preço de emissão será R$ 1.330,00 (hum mil trezentos e trinta reais) por ação. O preço de emissão foi fixado com base no valor patrimonial da ação conjugado com as perspectivas de rentabilidade da Companhia. **7. Dividendos e juros sobre capital próprio:** 7.1. As novas ações ordinárias emitidas conferirão os mesmos direitos, vantagens e restrições das demais ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive quanto ao recebimento integral de dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após sua emissão. **8. Prazo para o Exercício do Direito de Subscrição:** Início: 27 de abril de 2016; Término: 27 de maio de 2016. **9. Forma de Integralização:** 9.1. As ações serão integralizadas mediante a capitalização de recursos mantidos em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, concedido pela acionista controladora Rede Energia S.A. - Em Recuperação Judicial. 9.2. Caso algum outro acionista resolva exercer seu direito de preferência, deverá, no ato da assinatura do respectivo Boletim de Subscrição, efetuar o pagamento, em moeda corrente nacional, à vista, do valor correspondente ao montante das ações a que têm direito. **10. Procedimento para Subscrição de Sobras:** 10.1. Em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º do artigo 171 da Lei das S.A., será assegurado aos acionistas concorrerem no rateio de eventuais sobras. No momento do exercício do direito de preferência, os subscritores que desejarem reservar sobras das Ações não subscritas no direito de preferência deverão manifestar tal reserva no boletim de subscrição. Caso algum acionista resolva efetuar a reserva de ações não subscritas, deverá, no ato da assinatura do respectivo boletim de subscrição, efetuar o adiantamento, em moeda corrente nacional, à vista, do valor correspondente ao montante de ações reservadas, sujeitando-se ao rateio, que será proporcional às respectivas sobras efetuadas. As reservas ficarão automaticamente e de pleno direito convertidas em subscrição de ações (a) pelos totais discriminados nos boletins de subscrição, se não houver rateio; ou (b) pelos totais que resultarem do respectivo rateio. Havendo excesso de reservas de ações, a Companhia se obriga à restituição do valor correspondente, apurado após a efetivação do rateio acima mencionado, no mesmo local da subscrição, a partir de 2 (dois) dias úteis contados do fim do direito de preferência. Este valor será corrigido de acordo com a variação da taxa CDI, desde a data da reserva efetuada até a data da efetiva devolução do numerário correspondente ao eventual rateio decorrente do excesso da reserva. **11. Homologação do Aumento de Capital:** 11.1. Considerando que a totalidade das ações emitidas será subscrita mediante a capitalização de AFAC, concedido pela acionista controladora Rede Energia S.A. - Em Recuperação Judicial, respeitado o direito de preferência dos demais acionistas, o aumento de capital aprovado já está consumado, não havendo necessidade de posterior homologação por Assembleia Geral Extraordinária. **12. Documentação para Subscrição de Ações e Cessão de Direito de Subscrição:** 12.1. Pessoa Física: Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e comprovante de endereço. 12.2. Pessoa Jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, se for o caso), cartão de inscrição no CNPJ, documentação societária outorgando poderes de representação e cópias autenticadas do CPF, da Cédula de Identidade e do comprovante de residência de seus representantes. 12.3. Investidores residentes no exterior podem ser obrigados a apresentar outros documentos de representação. 12.4. No caso de representação por procuração, será necessária a apresentação do respectivo instrumento público de mandato. **13. Local de Atendimento:** 13.1. Na sede da Companhia, localizada na Avenida Gury Marques, 8000, CEP 79.072-900 na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul. **14. Crédito das Ações:** 14.1. O crédito das ações ocorrerá em até 5 (cinco) dias do término do prazo do exercício de preferência. **15. Informações Complementares:** 15.1. Mais informações, termos e condições do Aumento de Capital encontram-se expostos na Proposta de Administração da Companhia, em consonância com o inciso II do artigo 31 da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada. **16. Endereço de Atendimento aos Acionistas na Companhia:** Avenida Gury Marques, nº 8000, CEP 79.072-900 - Campo Grande/ MS. Eventuais dúvidas poderão ser obtidas diretamente na Companhia pelo telefone (32) 3429-6226, Sr. Carlos Aurélio Martins Pimentel. Site: www.energisa.com.br. E-mail: stockinfo@energisa.com.br.

Campo Grande, 26 de abril de 2016.
Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA — S P — 3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Pregão Eletrônico nº 035/16 - Processo nº 4380/16 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012016OC00046 - Objeto: Manutenção em aparelhos de ar-condicionado - F.C. de Guarulhos. **Vistoria**: de 27/04/2016 a 06/05/2016, conforme Edital. **Abertura da Sessão Pública**: dia 09/05/2016, às 10:00 horas.

Pregão Eletrônico nº 045/16 - Processo nº 33165/16 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012016OC00059 - Objeto: Serviços de limpeza geral - COMPLEXO JUDICIÁRIO DO IPIRANGA. **Vistoria**: de 28/04/2016 a 11/05/2016, conforme Edital. **Abertura da Sessão Pública**: dia 12/05/2016, às 11:30 horas.

Pregão Eletrônico nº 047/16 - Processo nº 122314/15 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012016OC00052 - Objeto: Registro de Preços para fornecimento de mesa redonda para acomodação de 6 pessoas. **Abertura da Sessão Pública**: dia 10/05/2016, às 10:00 horas.

Pregão Eletrônico nº 019/16 - Processo nº 154165/15 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012016OC00029 - Objeto: Manutenção para os sistemas de segurança - proteção e combate a incêndio e iluminação de emergência - F.C. de Cardoso e Urupês, em LOTE ÚNICO. **Vistoria**: de 27/04/2016 a 09/05/2016, conforme Edital. **Abertura da Sessão Pública**: dia 10/05/2016, às 11:30 horas.

Pregão Eletrônico nº 038/16 - Processo nº 35284/15 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012016OC00043 - Objeto: Manutenção para Sistema de Sonorização do Plenário do Palácio da Justiça. **Vistoria**: de 27/04/2016 a 06/05/2016, conforme Edital. **Abertura da Sessão Pública**: dia 09/05/2016, às 11:00 horas.

FORNECIMENTO DOS EDITAIS COMPLETOS: Gratuitamente no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (www.tjsp.jus.br), e no caso de Pregão Eletrônico também no site da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP (www.bec.sp.gov.br); ou na Diretoria de Serviço de Licitações, mediante o pagamento do valor relativo ao custo das cópias reprográficas, na Rua da Consolação nº 1.483 - 8º andar, São Paulo, SP - Fone (0xx11) 3214-0035 e/ou 3258-8336, das 10:00 às 16:00 horas.

FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS

CNPJ. 07.922.437/0001-21

fundo brasil de direitos humanos

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em Reais

ATIVO	Notas Explicativas	2015	2014
Circulante			
Recursos Livres		2.425.771,12	2.502.708,30
Recursos com Restrição	7.1	101.265,30	107.556,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.	**2.527.036,42**	**2.610.264,66**
Aplicação Financeira	3.a	1.997.124,31	2.087.864,52
Outros Créditos		11.496,81	2.742,13
Despesas Antecipadas		710,86	333,56
Total do Ativo Circulante		**4.536.368,40**	**4.701.204,87**
Ativo não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações Financeiras	8.	**8.124.611,19**	**7.806.140,17**
Imobilizado			
Bens em Operação	3.2	94.189,67	73.476,70
(-) Depreciações		(42.728,38)	(31.578,68)
Imobilizado Líquido		**51.461,29**	**41.898,02**
Total do Ativo não Circulante		**8.176.072,48**	**7.848.038,19**
Total do Ativo		**12.712.440,88**	**12.549.243,06**

PASSIVO	Notas Explicativas	2015	2014
Circulante	4.		
Salários e Encargos Sociais		90.648,89	72.773,65
Obrigações Tributárias/Contribuições		44.471,21	34.524,80
Outras contas a pagar		1.382,13	34.863,11
		136.502,23	**142.161,56**
Projetos Sociais em Execução	4.1.1		
Doações Vinculadas		2.067.622,46	2.260.384,65
Doações com Restrição- Rede Fundos		101.998,74	104.956,36
Outros Projetos Sociais		40.000,00	125.000,00
		2.209.621,20	**2.490.341,01**
Total do Passivo Circulante		**2.346.123,43**	**2.632.502,57**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		10.000,00	10.000,00
Fundo Patrimonial - Doação	9	6.076.500,00	6.076.500,00
Superávit Acumulado		3.830.240,49	2.743.918,58
Déficit/Superávit do Período	5.1.1	449.576,96	880.911,58
Ajuste Exerc. Anteriores	9.1	-	205.410,33
Total do Patrimônio Social		**10.366.317,45**	**9.916.740,49**
Total do Passivo		**12.712.440,88**	**12.549.243,06**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - Em Reais

	Patrimônio Social	Doação	Ajustes Exerc. Ant.	Superávits Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2013	**10.000,00**	**6.076.500,00**	**203.608,32**	**2.743.918,58**	**9.034.026,90**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	1.802,01	-	1.802,01
Superávit do período	-	-	-	880.911,58	880.911,58
Em 31 de dezembro de 2014	**10.000,00**	**6.076.500,00**	**205.410,33**	**3.624.830,16**	**9.916.740,49**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(205.410,33)	205.410,33	-
Superávit do período	-	-	-	449.576,96	449.576,96
Em 31 de dezembro de 2015	**10.000,00**	**6.076.500,00**	**-**	**4.279.817,45**	**10.366.317,45**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em Reais

	Notas Explicativas	2015	2014
Receitas Operacionais	6.	**3.867.378,76**	**4.831.340,59**
Com Restrições			
Receitas Internacionais:			
Agências de Cooperação		2.843.910,77	2.947.946,49
Receitas Nacionais:			
Doações Empresas Públicas		717.948,21	1.417.286,32
Doações Empresas Privadas		-	-
Doações Pessoas Físicas		165.000,00	285.000,00
Sem Restrições			
Doação Jurídica - Nota Fiscal Paulista		18.753,03	-
Créditos Nota Fiscal Paulista		104.528,78	170.827,77
Doação Pessoa Jurídica Internacional		3.075,10	1.542,18
Doadores Individuais		14.162,87	8.737,83
Gratuidades		**342.594,61**	**372.376,79**
Doações Passagens - Projeto Redes		4.951,23	-
Serviços Voluntários	6.1	337.643,38	372.376,79
Despesas Operacionais	6.	**(4.862.692,89)**	**(5.458.458,04)**
Gestão e Desenvolvimento Institucional		(392.547,90)	(220.837,14)
Mobilização Social para a Promoção da Causa dos Direitos Humanos		(1.347.079,47)	(622.324,81)
Apoio as Organizações		(2.660.802,26)	(2.953.684,38)
Formação e Fortalecimento de Redes		(236.195,29)	(1.469.175,17)
Custos Operacionais		(214.918,27)	(184.458,89)
Depreciações		(11.149,70)	(7.977,65)
Superávit (Déficit) das Operações Sociais		**(652.719,52)**	**(254.740,66)**
Resultado Financeiro Líquido		**1.444.891,09**	**1.508.029,03**
Receitas Financeiras		1.131.359,43	776.949,06
Variação NTNB		341.284,12	754.211,04
(-) Despesas Financeiras		(27.752,46)	(23.131,07)
Gratuidades		**(342.594,61)**	**(372.376,79)**
Doações Passagens - Projeto Redes		(4.951,23)	-
Serviços Voluntários	6.1	(337.643,38)	(372.376,79)
Resultado do Exercício		**449.576,96**	**880.911,58**
Superávit (Déficit) do Período	5.1.1	**449.576,96**	**880.911,58**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em Reais

	2015	2014
(Déficit) Superávit do Período	**449.576,96**	**880.911,58**
Ajustes do resultado às disponibilidades geradas		
Ajuste Exercícios Anteriores	-	1.802,01
Depreciações e amortizações	11.149,70	7.977,65
(Déficit) Superávit Líquido Ajustado	**460.726,66**	**890.691,24**
Variações nos ativos circulantes		
Contas a receber	-	145.000,00
Aplicação financeira	90.740,21	(1.902.198,76)
Outros Créditos	(8.754,68)	(1.645,27)
Variação NTNB	(318.471,02)	1.055.658,69
Despesas antecipadas	(377,30)	(20,00)
Variações nos passivos circulantes		
Salários e encargos sociais	17.875,24	29.145,40
Impostos e taxas a recolher	9.946,41	21.559,88
Projetos em Execução	(280.719,81)	1.500.419,29
Outras obrigações	(33.480,98)	31.143,87
(1) Caixa líquido das atividades operacionais	**(62.515,27)**	**1.769.754,34**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no ativo imobilizado	(20.712,97)	(24.113,26)
(2) Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	**(20.712,97)**	**(24.113,26)**
(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	-	-
(1+2+3) Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(83.228,24)**	**1.745.641,08**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.610.264,66	864.623,58
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.527.036,42	2.610.264,66
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(83.228,24)**	**1.745.641,08**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em Reais

ORIGENS	2015	2014	*Nota Explicativa -nº 2.f*
Das Operações			
• Superávit do Exercício	449.576,96	880.911,58	
• (+) Baixa Ativo Imobilizado	-	210,00	
• (+) Ajuste de Depreciações	11.149,70	7.977,65	
	460.726,66	**888.889,23**	
Outras			
• (+) Ajuste Exerc. Anteriores	-	1.802,01	
Total das Origens	**460.726,66**	**890.691,24**	
Aplicação dos Recursos			
• Déficit do Exercício	-	-	
• Aquisição de Ativo Imobilizado	20.712,97	24.323,26	
• Realizável a Longo Prazo	318.471,02	(1.055.658,69)	
• (Redução) do Capital Circulante	121.542,67	1.922.236,67	
Total das Aplicações	**460.726,66**	**890.901,24**	

Demonstração do CCL (Capital Circ. Líquido)

C.C.L	BALANÇO Período Anterior	BALANÇO Período Atual	VARIAÇÃO Monetária	VARIAÇÃO Percentual
Ativo Circulante	4.701.204,87	4.536.368,40	(164.836,47)	(3,51)
Passivo Circulante	2.632.502,57	2.346.123,43	(286.379,14)	(10,88)
Capital Circulante Líquido	**2.068.702,30**	**2.190.244,97**	**121.542,67**	**5,88**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. Contexto Operacional: A **Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos** foi constituída em 23 de dezembro de 2005, através de Escritura de Instituição lavrada às páginas 215/220 do Livro 2.954 do 26° Tabelião de Notas de São Paulo e registrada, no 5° Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica sob o nº 32.486 em 19 de janeiro de 2006. A Entidade é uma fundação de direito privado e de natureza assistencial e cultural, sem fins lucrativos, de acordo com o Artigo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014, a Entidade obedece ao *Princípio da Universalidade do Atendimento* tendo como objetivo o de assistência e promoção dos direitos humanos, buscando em especial a defesa dos direitos de grupos particularmente vulneráveis e discriminados, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências, mulheres, afro-descendentes, populações indígenas, trabalhadores e migrantes. Conforme a *Resolução 27 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 19/09/2011*, as atividades do Fundo Brasil de Direitos Humanos, caracterizam como assessoramento e defesa e garantia dos direitos, no âmbito de Assistência Social. Dentre outras iniciativas, a Fundação poderá adotar as seguintes ações: • Aportar recursos para projetos na defesa e proteção dos direitos humanos, especialmente aqueles caracterizados por aspectos inovadores e aqueles desenvolvidos por organizações de pequeno porte que atendam diretamente o público; • Aportar recursos para indivíduos com vistas ao aprimoramento de sua formação como ativistas e especialistas em direitos humanos; • Apoiar intercâmbios envolvendo organizações e indivíduos, inclusive de outros países; • Manter cooperação com Fundos e instituições nacionais e estrangeiros; • Ingressar com ações judiciais relacionadas às finalidades da Fundação; • Organizar, promover e incentivar programas que objetivem o desenvolvimento das finalidades da Fundação; e • Executar outras atividades compatíveis com as finalidades da instituição. No exercício de 2015, o Fundo Brasil de Direitos Humanos apoiou projetos de defesa e garantia de direitos, voltados prioritariamente ao fortalecimento dos movimentos e das organizações sociais, a formação e a capacitação de lideranças. Todas as ações tiveram como foco organizações de direitos humanos e indivíduos de várias regiões do país. Para potencializar a atuação de grupos de defesa de direitos, além de nosso edital geral, que apoia pequenos projetos em todo o país, apoiamos projetos por meio de editais específicos e de uma linha de apoio especial no tema da justiça criminal. A fundação tem no momento a oportunidade de apoiar projetos por períodos maiores do que um ano e organizações de médio e grande porte. Isso sem deixar de lado o já tradicional apoio às organizações menores, que têm dificuldades de acessar outras fontes de recursos. Esse trabalho permanece a espinha dorsal de nossa atuação. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de Conformidade:** as demonstrações financeiras da organização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, (NBC) TG 1000 - CTG 1000 - adoção plena, suas interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, em especial à **ITG-2002 (R1) (Resolução CFC 1409/2012)** que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros seguindo as práticas contábeis descritas na **Nota 3. b) Autorização das demonstrações Contábeis:** as demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão sendo apresentadas em Reais (R$) e foram autorizadas pela administração no dia 31 de março de 2016. **c) Formalidade da Escrituração Contábil:** a Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000). A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Livro Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil. **d) Estimativas Contábeis:** na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **e) Prazos:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante. **f)** Em dezembro de 2011 foi publicada a Portaria 353 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que estabelece em seu Artigo 12 que as entidades com atuação preponderante em Assistência Social devem incluir em suas demonstrações a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR. **3. Sumário das Principais Práticas:** Em consonância com a NBC ITG 2002 (R1), os registros contábeis das receitas e despesas são reconhecidos mensalmente respeitando o princípio da competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independente do efetivo recebimento ou pagamento. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** as aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimento superior a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo. **b) Contas a receber:** são provenientes de doações diversas, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos doadores, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. **3.1. Ativo Não Circulante:** As aplicações financeiras não circulantes são representadas por investimentos em títulos da dívida pública que serão mantidos até as suas datas de vencimento. Estão registradas pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2. Imobilizado:** É registrado ao custo de aquisição. A Entidade contabilizou as depreciações do ativo imobilizado calculando-as pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica do bem. Os ativos são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*). Nos exercícios de 2015 e 2014 não foram apuradas perdas dessa natureza.

3.3. Quadro Demonstrativo Imobilizado

	%	2015	Adições	2014
Equip. de Processamento de Dados		58.909,06	19.212,97	39.696,09
Móveis e Utensílios/Equip.		35.408,61	1.500,00	33.908,61
Outros		-	-	-
		94.317,67	**20.712,97**	**73.604,70**
(-) Deprec. Equip. Proc. de Dados	10	28.334,43	7.799,54	20.534,89
(-) Deprec. Móveis e Utensílios/Equip.	10	14.393,95	3.350,16	11.043,79
		42.728,38	**11.149,70**	**31.578,68**
Imobilizado Líquido		**51.589,29**	**9.563,27**	**42.026,02**

4. Passivo Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço. As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.1.1. Projetos Sociais

Patrocinador	2015	2014
Fundação OAK	722.547,68	1.112.295,59
Porticus Latin America	247.255,63	582.638,79
Doações para Projetos (doadores individuais)	40.000,00	125.000,00
Fundação Ford	581.348,34	333.788,33
Open Society Institute	516.470,81	-
Doações Vinculadas - Rede de Fundos	101.998,74	104.956,36
Petróleo Brasileiro S.A	-	231.661,94
Saldo disponível no fim do período	**2.209.621,20**	**2.490.341,01**

Os saldos registrados estão vinculados aos recursos recebidos que serão utilizados em projetos no exercício de 2016.

5. Apuração do Resultado: 5.1. Apuração do Superávit ou Déficit do Período: Em consonância com a NBC ITG 2002 (R1), os registros contábeis segregam as receitas por área de atuação, programas e projetos, as receitas e despesas são reconhecidas mensalmente respeitando o regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independente do efetivo recebimento ou pagamento. **5.1.1. Do Resultado do Exercício:** De acordo com o item 15 ITG-2012 (R1) Resolução CFC 1409/2012, o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. **6. Receitas/Custos/Despesas:** Os recursos da Entidade são obtidos mediante doações e contribuições espontâneas de pessoas físicas e jurídicas e acordo firmado com agência de cooperação. As receitas de contribuições e doações para custeio são apropriadas em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificados.

	2015	2014
Receitas Internacionais:		
Agências de Cooperação	2.843.910,77	2.947.946,49
Doação Pessoa Jurídica Internacional	3.075,10	1.542,18
Receitas Nacionais:		
Doações Empresas Públicas	717.948,21	1.417.286,32
Doações Empresas Privadas	-	-
Doações Pessoas Físicas	179.162,87	293.737,83
Créditos Nota Fiscal Paulista	104.528,78	170.827,77
Doação Jurídica - Nota Fiscal Paulista	18.753,03	-
	3.867.378,76	**4.831.340,59**

Os custos do Fundo Brasil em aplicações nos projetos sociais no ano de 2015 e 2014 foram:

	2015	2014
• Gestão e Desenvolvimento institucional	392.547,90	220.837,14
• Mobilização Social para a promoção da causa dos direitos humanos	1.347.079,47	622.324,81
• Apoio as Organizações	2.660.802,26	2.953.684,38
• Formação e Fortalecimento de Redes	236.195,29	1.469.175,17
• Custos Operacionais	214.918,27	184.458,89
• Depreciações	11.149,70	7.977,65
	4.862.692,89	**5.458.458,04**

6.1. Isenções Usufruídas: Os efeitos das isenções tributárias usufruídas pela Entidade no exercício de 2015 podem assim ser demonstrados.

Contribuições Sociais – Isenção	**2015**
Cota Patronal	R$ 122.216,28
RAT	R$ 25.914,60
Terceiros	R$ 11.517,60
Cofins	R$ 116.021,36
Total das Contribuições Sociais	**R$ 275.669,84**

Em 2015 a organização foi contemplada com a Certificação do CEBAS – Certificação de Entidade Beneficentes de Assistência Social Processo nº 71000.069571/2011-78, 41029, com validade até 28 de junho de 2018. Portaria SNAS nº 74, de 24 de junho de 2015, publicada no DOU 29/06/2015. Essa isenção, também, possibilitou uma economia equivalente a R$ 220.896,00 (duzentos e vinte mil oitocentos e noventa e seis reais), devido a não retenção do imposto de renda na fonte sobre aplicações as financeiras. Todos valores obtidos com a isenção foram aplicados integralmente nas ações sociais do Fundo Brasil. **6.2. Gratuidades:** No exercício de 2015 a agência Tarso Estratégia e Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ: 66.157.918/0001-57, prestou serviços pró-bono, a título voluntário, no valor total equivalente a R$ 337.643,38 (trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos), para a Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos. Essa parceria proporcionou a redução de recursos financeiros para despesas com atividades de visibilidade e comunicação estratégica. Conforme estabelecido no item 19 ITG-2002, os custos da prestação de serviços foram reconhecidos pelo valor justo, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A Rede de Fundos Independentes recebeu o valor R$ 4.951,23, a título de doação em passagens, da doadora Christopher Harris & Therese Giglia. **7. Caixa e Equivalentes:** O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações de liquidez imediata, representadas por depósitos e fundos de investimentos.

	2015	2014
• Recursos Livres	2.425.771,12	2.502.708,30
• Recursos com Restrições	101.265,30	107.556,36
	2.527.036,42	**2.610.264,66**

As aplicações em fundos de investimento foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor das cotas na data do balanço. **7.1. Valor Restrito:** Nos equivalentes de caixa existem valores restritos à aplicação ao projeto Rede de Fundos Independentes para Justiça Social.

8. Aplicações Financeiras de Longo Prazo: O Fundo Brasil possui hoje seu patrimônio investido em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), que são títulos públicos com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros semestrais definidos no momento da compra. Por se tratar de um título pós-fixado, a rentabilidade a ser recebida pelo Fundo Brasil variará até a data de vencimento. O quadro abaixo demonstra a evolução do patrimônio:

Notas do Tesouro Nacional – NTN-Bs

Data da Compra	Data da Venda	Título	Vencimento Título	Operação	Quantidade de Cota	Taxa %	Valor do Custo
25/04/2007		NTN-B	15/05/2015	Compra	3.695	6,50	6.047.783,95
23/11/2007		NTN-B	15/05/2015	Compra	190	7,30	412.853,34
27/05/2008		NTN-B	15/05/2015	Compra	100	7,30	161.505,98
	01/12/2011	*NTN-B*	*15/05/2015*	*Venda*	*3.985*		*8.301.735,41*
01/12/2011		NTN-B	15/08/2020	Compra	3.744	5,38	8.301.295,50
	11/12/2013	*NTN-B*	*15/08/2020*	*Venda*	*3.744*		*8.863.338,59*
11/12/2013		NTN-B	15/08/2022	Compra	3.756	6,19	8.861.798,86
	26/11/2014	*NTN-B*	*15/08/2022*	*Venda*	*696*		*1.809.869,73*
31/12/2015		**NTN-B**	**15/08/2022**	**Saldo**	**3.060**	**6,19**	**8.124.611,19**

A aplicação em Notas do Tesouro Nacional com vencimento em 2022 tem como rendimento a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acrescidos de juros de – 6,19% anuais.

9. Patrimonial Social - Doação: A Entidade recebeu US$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares americanos), em 25 de abril de 2007, da Fundação Ford (The Ford Foundation) para uso em suas atividades. Conforme carta de doação, os numerários não puderam ser utilizados pelo período de três anos. Tais recursos encontram-se aplicados, conforme Nota Explicativa nº 7. Conforme estabelecido no Artigo 4º Parágrafo Único de seu Estatuto Social, a Fundação aplica suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. **10. Seguros:** Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **11. Aplicação dos Recursos:** A Instituição no atendimento aos seus objetivos estatutários tem como atividade preponderante a Assistência Social e presta estes serviços de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários que dela necessitarem, sem qualquer discriminação de acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e posteriores alterações. **11.1. Demonstração do cumprimento da aplicação e atendimentos sociais:** Os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais estão inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social do município de São Paulo e as atividades desenvolvidas, no contexto legal da Filantropia, a Lei Nº 12.101/2009, art. 18 e o Decreto Nº 8.242/2014 art. 38, em observância aos preceitos da Lei nº 8.742/1993 alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e em consonância com a Resolução 27 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 19/09/2011 as ações assistenciais foram desenvolvidas conforme segue: **I - De Assessoramento:** as entidades de **assessoramento** prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011. **II - De Defesa e Garantia de Direitos:** as entidades de **defesa e garantia de direitos** prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011. A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos, tendo como objetivo assessorar e fortalecer organizações e movimentos sociais, apoiou, em 2015, 71 projetos, colaborando para a melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas com as ações desses projetos.

Projetos Apoiados - 2015	Nº de Projetos Apoiados	Atendidos Diretamente	Atendidos Indiretamente	Valor da Doação
Edital Específico Copa - 2014	3	6.400	14.000	R$ 43.809,65
Edital Anual - 2014	14	4.713	97.276	R$ 266.494,20
Edital Anual - 2015	22	-	-	R$ 416.056,05
Edital Específico Litigância Estratégica	11	-	-	R$ 607.478,37
Projetos Justiça Criminal OAK	6	-	-	R$ 622.710,79
Edital Específico Enfrentamento Tráfico de Pessoas	9	-	-	R$ 174.854,50
Projetos Emergencial	6	-	-	R$ 41.600,00
Total	**71**	**11.113**	**111.276**	**R$ 2.173.003,56**

Em relação aos beneficiados, o quadro acima demonstra o número de atendimento com base nos relatórios parciais e finais apresentados pelos responsáveis dos projetos, no exercício 2015, conseguimos apoiar diretamente cerca de 11.113 pessoas e indiretamente 111.276 pessoas, esse número correspondem a 24% do total de projetos apoiados, que concluíram relatórios, e 76% são projetos que ainda estão em andamento e apresentarão relatórios posteriormente.

Apoio as Organizações:

• Doações para fortalecimento das organizações	2.173.003,56
• Seleção de projetos/monitoramento	398.161,70
• Formação e Fortalecimento de Redes: Assessoramento/formação	325.832,29
Total de Recursos Aplicados	**R$ 2.896.997,55**

São Paulo, 31 de Dezembro de 2015

Jorge Eduardo Saavedra Durão - Presidente
Jorge Celso da Silva - CT. CRC 1SP196.805/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da **Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos -** São Paulo - SP. **1.** Examinamos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: 2.** A Administração da FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes: 3.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. **4.** Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **5.** Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião: 6.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS em 31 de Dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros Assuntos: 7. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos** – A DOAR referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foi elaborada pela entidade, sob a responsabilidade de sua administração, e submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente. Em nossa opinião a referida demonstração está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. A DOAR foi elaborada por exigência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome através da Portaria MDS 353 de 23 de Dezembro de 2011. **8. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 10 de Abril de 2015, o qual não conteve qualquer modificação.

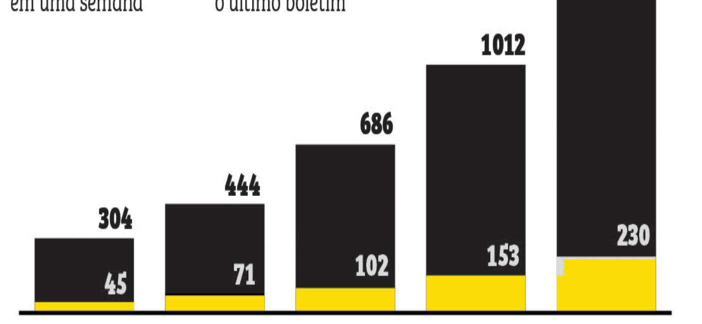
Porto Alegre, 6 de Abril de 2016
Liana Luvizon
Contador CRC 1 RS-055269/O-5 T-SP - CNAI 3834
CPF 530.852.300-25
TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC/RS CRC RS-004240/O-1 S-SP
CNPJ 05.750.330/0001-18

H1N1 DADOS DE 3/1 A 16/4

BRASIL JÁ REGISTRA 230 MORTES

EVOLUÇÃO (EM 2016) ■ CASOS NOTIFICADOS ■ ÓBITOS

353 novos casos em uma semana — **77 mortes desde** o último boletim



ÓBITOS POR ESTADO

São Paulo	119	Pará	6	Alagoas	2
Santa Catarina	20	Paraná	4	Pernambuco	1
Rio de Janeiro	17	Distrito Federal	3	Paraíba	1
Rio Grande do Sul	13	M. Grosso do Sul	3	Amapá	1
Goiás	11	Mato Grosso	3	Espírito Santo	1
Minas Gerais	10	R. Grande do Norte	3		
Bahia	8	Ceará	3		

51,7% das mortes do país foram no estado de São Paulo

FONTE: Ministério da Saúde — GRAFFO

SAÚDE

Casos de dengue no Brasil aumentam 62% em menos de um mês

O Brasil registrou um aumento de 62% no número de casos de dengue em menos de um mês. Até o dia 2 de abril, foram contabilizados no País 802.429 casos da doença, enquanto em 5 de março a marca era de 495.266 infecções. O Sudeste segue como a região com maior número de registros, 463 807 - o equivalente a 57,8% da marca nacional.

O número também é expressivamente maior do que o indicado no boletim anterior, quando eram contabilizados 280.118 casos. Em seguida, vem o Nordeste, 158.235 casos, 71% mais do que no informe de março. No Centro-Oeste, foram 94.672 notificações, um aumento de 50,7% em relação ao mês de março.

No Sul, o aumento foi de 55%. Com isso, a região atinge agora a marca de 57.282 casos. No Norte, o aumento foi pouco expressivo, quando comparado com o restante do País: 3,5%.

O número de óbitos por dengue também apresentou um aumento bastante expressivo. Até dia 2 de abril, o País identificou 140 mortes por dengue, mais do dobro do que havia sido contabilizado no mês de março, quando 67 casos fatais foram informados.

Como o jornal O Estado de S. Paulo revelou na edição de hoje, o Brasil registrou ainda um aumento significativo de registros de casos de chikungunya. No País, a marca chegou a 39.017 casos, cinco vezes mais do que o identificado no mesmo período do ano passado e quase três vezes a marca do boletim de março, quando havia, 13.676 registros. O número de mortes confirmadas também aumentou de forma expressiva, de 2 para 15 em menos de um mês.